

Ata da Audiência Pública realizada pela AngloGold Ashanti sobre as Barragens de Mineração do Complexo de Córrego do Sítio (CDS) em Santa Bárbara

Aos 24 de fevereiro de 2022, quinta-feira, às 19h, de forma virtual, via aplicativo Zoom, reuniram-se representantes da AngloGold Ashanti para realização de audiência pública em atendimento à Lei Municipal nº 1.900/2019, que *“dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas que gerenciam barragens de rejeito de mineração no âmbito do município de Santa Bárbara/MG a instituírem audiências públicas para prestação de informações, dados, planos de ação e outras que se fizerem necessárias e dá outras providências”*.

Iniciada a reunião pelo Sr. João Paulo Moreira Rabelo, Analista de Relacionamento com a Comunidade da AngloGold Ashanti, agradecendo a presença de todos e informando que a reunião será gravada para fins de registro.

Esclareceu que a AngloGold preparou uma apresentação de cerca de 30 minutos e, durante esse tempo, os interessados poderiam enviar perguntas, clicando na opção *“Bate-Papo ou Chat”* na plataforma Zoom, que seriam respondidas nos 30 minutos finais.

Destacou que foram convidados para o evento representantes da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, Câmara Municipal de Santa Bárbara, Defesa Civil de Santa Bárbara, Poder Judiciário e Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Bárbara, líderes comunitários e toda a população do município interessada no tema. Esclareceu que a Câmara Municipal de Santa Bárbara não enviou representantes em função de outro compromisso previamente agendado para o mesmo horário. A ausência foi justificada por meio de Ofício enviado à AngloGold Ashanti.

Na sequência, foi iniciada a apresentação pelo Sr. Márcio Mansur, Gerente Sênior de Geotecnia de Barragens, que agradeceu a presença dos participantes e esclareceu que a AngloGold Ashanti opera em 8 países diferentes, com 10 unidades de negócios, sendo 3 no Brasil (2 em Minas Gerais e 1 em Goiás); as operações no Brasil têm 187 anos e geram cerca de 7.700 empregos diretos e indiretos; a empresa opera duas barragens localizadas em Santa Bárbara, uma de contenção de finos (CDS I) e outra de contenção de rejeitos (CDS II), sendo que ambas as estruturas estão estáveis e em consonância com os padrões estabelecidos pelas normas de segurança nacionais e internacionais, além de serem objeto de auditorias internas e externas regularmente; os fatores de segurança têm valores acima do estabelecido pelas normas técnicas; as barragens possuem Declarações de Condições de Estabilidade satisfatórias inseridas no site e estão cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração da ANM, com informações que podem ser acessadas publicamente; desde 2018, a empresa iniciou a execução de projeto para disposição de rejeito a seco, passando o rejeito

em polpa por filtros que retiram a água, que será reutilizada no processo, e o material sólido é empilhado; o objetivo é que, até o fim de 2022, 100% do rejeito seja depositado a seco, permitindo a descaracterização da barragem de rejeito (CDS II); o objetivo da barragem CDS I é conter sedimentos das operações de lavra que poderiam vir pelas drenagens e eventualmente atingir o curso d'água; a barragem CDS I se localiza em Sumidouro tem altura de 13m, capacidade de 280.000 m³, volume de 190.000 m³, método de construção a jusante, com solo compactado, e é devidamente licenciada pelo órgão ambiental; se trata de barragem de pequeno porte, com borda livre de aproximadamente 2m, não recebe rejeitos, apenas sedimentos provenientes da operação de lavra a céu aberto; tem todos os controles de monitoramento geotécnico implantados, além de devido monitoramento 24h por dia e auditorias externas e internas; a barragem de CDS II, por sua vez, destina-se a conter os rejeitos da planta metalúrgica da unidade de CDS II e se localiza em Brumal; a estrutura tem altura de 82m, capacidade de 10 milhões de m³, volume atual de aproximadamente 9 milhões de m³, método de construção por linha de centro, com solo compactado, e é devidamente licenciada pelo órgão ambiental; a barragem CDS II possui borda livre, como forma de amortecer eventuais chuvas, canal extravasor (ombreira esquerda) para evitar a aproximação de água na crista da barragem, além de estrutura de captação responsável por retornar a água ao processo para reutilização; conforme já informado, a intenção é implantar 100% do sistema de disposição de rejeito a seco até o fim de 2022 o processo de descaracterização da barragem CDS II iniciou em outubro de 2021; como forma de incrementar a sua estabilidade foi iniciado um processo de contrapilhamento do lado de jusante até a crista da barragem, com posterior preenchimento do reservatório, evitando o acúmulo de água; em seguida, será feita a revegetação do talude e reservatório, de forma a reintegrar a estrutura ao meio ambiente; há todo um sistema de gestão e monitoramento que permite o controle de estabilidade das estruturas; as barragens são projetadas para suportar chuvas extremas, chamadas de milenares e decamilenares; durante o período de chuva recente, as estruturas não apresentaram qualquer alteração nos parâmetros de segurança; a empresa preventivamente aumentou a frequência das inspeções; as barragens não estão em nível de emergência; o monitoramento é feito através de inspeções diárias e quinzenais, as primeiras visuais e estas últimas com medição de instrumentos; em época de chuvas intensas, as inspeções quinzenais passam a ser realizadas semanalmente ou até em períodos mais curtos; há controle dos piezômetros de forma online e medidores de vazão para controle da água; há, ainda, sistema automatizado com pessoas na sala de controle acompanhando 24h dia; as estruturas contam com Plano de Ação de Emergência (PAEBM), que, além de ser uma obrigação legal, está alinhado com os valores da empresa de segurança e compromisso com a comunidade; o PAEBM é desenvolvido em conjunto com as defesas civis municipais e estaduais, corpo de bombeiros, polícia militar e lideranças locais; o documento trabalha com 3 níveis de emergência, sendo que o nível 1

possui fluxo de comunicação interna e órgãos competentes (ANM e órgão ambiental); o nível 2 possui fluxo de comunicação interno, externo (incluindo as defesas civis) e sirene para evacuação controlada da ZAS (não há risco iminente de ruptura); o nível 3 prevê fluxo de comunicação interno e externo (incluindo as defesas civis) com acionamento da sirene para evacuação da área; as áreas potencialmente afetadas são definidas pelo *dam break*, estudo hipotético/simulação elaborado levando-se em consideração a condição mais crítica de máximo enchimento do reservatório; o *dam break* mostra toda a abrangência de eventual ruptura; a partir disso são definidas rotas de fuga e pontos de encontro (foi mostrado mapa contendo o estudo de ruptura hipotética das barragens CDS I e II, os pontos de encontro e os sistemas de comunicação de emergência); são realizados simulados e interações com a comunidade; os simulados foram paralisados temporariamente em função das restrições da pandemia causada pela covid-19; nesse período, foram feitas atividades virtuais, conforme liberações da vigilância sanitária, incluindo audiências públicas; foram instituídos testes periódicos de 2 em 2 meses com o sistema de comunicação de emergência, sendo a comunidade previamente avisada; para 2022, está planejado seminário orientativo com as comunidades, incluindo as autoridades municipais competentes. Foi ratificado que todas as barragens da AngloGold Ashanti estão seguras, estáveis, devidamente licenciadas e fiscalizadas.

Esclareceu-se, ainda, que a pilha de rejeitos de CDS I, cujas notícias foram veiculadas na mídia recentemente, foi objeto de processos erosivos nas faces dos taludes, em função das chuvas recentes de aproximadamente 500mm (cerca de 1/3 do volume previsto para o ano); esses processos erosivos foram imediatamente controlados, afastando qualquer risco de impacto às pessoas e ao meio ambiente; a empresa decidiu preventivamente suspender a operação da pilha até as reconformações necessárias; trata-se de uma pilha de rejeito seco, não há qualquer semelhança com uma barragem de rejeitos; o material proveniente do processo erosivo é não perigoso, conforme norma técnica aplicável, e permaneceu na área da empresa; não há qualquer impacto às barragens, que estão localizadas em vales diferentes, várias autoridades vistoriaram/observaram a pilha (o Núcleo de Emergência Ambiental – NEA, Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, Agência Nacional de Mineração – ANM, defesa civil, polícia militar, corpo de bombeiros; desde o dia 10/01/22, a empresa iniciou as obras de reconformação do talude e de drenagem da estrutura; durante as obras, são realizadas inspeções duas vezes ao dia; estão sendo feitas sondagens para refinamento do modelo geotécnico e certificação de que estão mantidos os parâmetros definidos em projeto; de forma preventiva, transferiu-se os trabalhadores para CDS I ou home office, porque a unidade de CDS II não está em operação, os equipamentos precisam passar nas imediações dos escritórios e os acessos podem ser interrompidos por causa da chuva; e 22% das obras estão concluídas com previsão de retorno da operação em maio/22.

Por fim, foi aberta à comunidade a oportunidade de perguntas e esclarecimento de dúvidas. Encerrou-se às 20h11.

Marcio Mansur

ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.

Juliano Xavier

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA